Os dados foram apresentados durante o IV Fórum Nacional sobre Câncer: avanços no tratamento, tecnologia e suporte ao paciente

As mortes provocadas por câncer no Brasil ultrapassam o número de óbitos causados por ações ligadas ao terrorismo. Os dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA) revelam que, em 2018, 217 mil pessoas morreram durante o tratamento da doença. Em contrapartida, as estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU) mostram que, em regiões de conflito declarado, o número de mortes é dez vezes menor.

Os dados foram apresentados pelo Diretor jurídico e Advocacy do Instituto Oncoguia de Apoio aos Pacientes com Câncer, Tiago Matos, que citou o caráter alarmante da doença no país e apontou a demora para o início do tratamento na rede pública de saúde como um dos fatores do alto índice de mortalidade.

“A lei diz que o paciente deve começar o tratamento em, no máximo, 60 dias. Mas a gente deseja que ele comece antes porque, na maioria das vezes, quando o câncer é descoberto, está em estado avançado e este prazo já não é possível”, ressalta.

O IV Fórum Nacional sobre Câncer: avanços no tratamento, tecnologia e suporte ao paciente, realizado pelo Instituto Brasileiro de Ação Responsável, nessa terça-feira (8), contou com a presença de médicos especialistas do setor, representantes dos poderes públicos, privados e organizações civis.

A presidente da organização, Clementina Moreira Alves, apontou a importância de disseminar informações para a prevenção da doença e saída do Brasil do centro de perspectivas pessimistas.

“Que cada um de nós possamos disseminar, colocar nas redes sociais, pedir aos parlamentares que possamos fortalecer políticas de oncologia. Nós, que falamos de vida, não queremos anunciar números crescentes de câncer", diz.

Diagnóstico tardio

Uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e apresentada no Fórum conclui que o diagnóstico do câncer na rede pública de saúde não está sendo realizado em tempo de reduzir as fases agudas da doença, antes do início do tratamento.

O estudo feito a partir de entrevistas com pacientes, médicos, secretarias de saúde estaduais e análise de relatórios públicos mostra que, quando o paciente recebe o resultado dos primeiros exames, em geral, a doença está nas fases 3 e 4, as mais agressivas, o que reduz drasticamente as chances de respostas positivas aos medicamentos e outras terapias.

O representante do órgão, Carlos Augusto Melo Ferraz, afirma veementemente, que a falta de equipamentos, a demora do atendimento no SUS está ceifando a vida de brasileiros. “Nós precisamos de ações do poder executivo. O legislativo precisa cobrar, mas precisa ser de uma maneira mais eficaz, as leis criam apenas direitos subjetivos, mas não garantem ao paciente o direito à vida, nós estamos perdendo pessoas”, afirma.

Para o estudo, foram analisados, ainda, prontuários de pacientes com incidência de câncer de próstata, mama, colo do útero, traqueia/brônquio/pulmão, cólon e reto, cavidade oral, estômago e tireoide, que representa 80% dos casos no país.

Parlamentares

A mesa de abertura do Fórum contou com a presença da Coordenadora da Frente Parlamentar em Prol da Luta contra o Câncer, deputada Silvia Cristina; do membro da Frente, deputado Dr. Frederico; deputada Carmem Zanotto, Coordenadora da Frente Parlamentar Mista da Saúde; a suplente da senadora Juíza Selma, Clérie Fabiana, membro da Comissão de Assuntos Sociais, Flávio Vicente, suplente do senador Flávio Arns e assessora da Segunda Diretoria da ANVISA, Laís Santana Dantas.

A abordagem inicial girou em torno das ações do Congresso Nacional na elaboração e promoção de políticas públicas de combate ao câncer. A Frente parlamentar em prol da Luta contra o Câncer monitora, atualmente, 94 proposições sobre o assunto com o objetivo de agilizar o atendimento e acesso ao tratamento.

A coordenadora da Frente, deputada Silvia Cristina, afirmou que as ações neste sentido estão voltadas para a prevenção. "Nós sabemos que o tratamento de câncer é caro, nem todas as regiões têm especialistas, então precisamos prevenir. É melhor diagnosticar precocemente", afirmou.

O deputado Dr. Frederico e a deputada Carmem Zanotto relataram aos participantes as experiências como médico e enfermeira da rede pública de saúde, respectivamente. O parlamentar projeta bons impactos de políticas públicas. "Nós observamos a maior incidência de câncer em países desenvolvidos, que enfrentaram os problemas de saúde pública, e conseguiram vencer o problema".

A deputada ressaltou, no entanto, que as leis ainda não alcançam a urgência da doença. "Me doía muito quando os pacientes só tinham acesso aos medicamentos por decisão judicial. Todos nós sabemos que a cura depende de um diagnóstico precoce e um tratamento eficaz."

Novos tratamentos

O evento também discutiu o acesso a terapias e drogas mais modernas, que apresentam maior eficácia no combate às células cancerígenas, além de proporcionar qualidade de vida ao paciente quando reduz os efeitos colaterais, comuns nos tratamentos tradicionais como a quimioterapia e a radioterapia. A mesa com especialistas foi dirigida pelo Dr. Sandro Martins.

O médico oncologista do Hospital de Amor, antigo Hospital do Câncer de Barretos, Dr. Pedro de Marchi, revelou que os novos tratamentos de imunoterapia representam um enorme avanço.

O paciente recebe medicamento por injeção ou comprimidos e fortalece o sistema imunológico para o combate às células do câncer. Ele ressalta que a terapia apresentou excelentes resultados, mas lamenta que ainda não haja disponibilidade do tratamento na rede pública.

"A imunoterapia está revolucionando o tratamento de câncer no Brasil. O primeiro imunoterápico utilizado para câncer de pulmão, por exemplo, aplicado uma vez a cada duas semanas, apresentou excelente resultado e nenhum efeito colateral".

O chefe da Oncologia do Hospital de Base de Brasília e médico do setor no Hospital Sírio-Libanês, Daniel Girardi, ressaltou a diferença entre os prazos e acessos dos pacientes nas redes pública e privada. “O paciente leva cerca de 40 dias para a primeira consulta com especialista no Hospital de Base. Na rede privada, muitas vezes, ele vai para a consulta e tem o resultado da biópsia e outros exames no mesmo dia”

A médica oncologista e membro da Sociedade Brasileira de Oncologia, Aline Chaves Andrade, apresentou novos dados sobre o aperfeiçoamento do tratamento de câncer no Brasil. Ela revelou que novas drogas aprovadas pela ANVISA podem servir para a cura de diversos tipos de câncer.

"Nós estamos preocupados com o custo-efetividade, com o impacto nas novas terapias, se não serve para todo mundo, não vale o quanto pesa." Ela citou tratamentos com respostas rápidas, com baixa toxicidade para o paciente e taxa de cura de 20% para casos graves.